

Universalidade de princípios e especificidade temática: viabilidade e limites de um comportamentalismo à brasileira

Universal principles and thematic specificity: viability and limits of a Brazilian behavior analysis

 KESTER CARRARA¹

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

 DIEGO ZILIO²

²UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Resumo

Após estabelecer uma distinção entre “princípios”, aqui definidos como enunciados derivados da interpretação de dados empíricos, e “pressupostos”, considerados como condições pré-admitidas (ou seja, *a priori*) necessárias enquanto parte da filosofia behaviorista radical, este artigo ocupa-se de analisar em que medida é viável falar, respectivamente, de universalidade e especificidade em relação aos princípios e aos temas de estudo da Análise do Comportamento, colocando a questão sob a perspectiva das possíveis variáveis de controle do comportamento do cientista. Em seguida, são discutidas possibilidades e limitações, sejam teóricas ou empíricas, para a consolidação de uma ciência do comportamento à brasileira, norteadas, porém não compulsoriamente, pelas demandas sociais relevantes e soluções alternativas auspiciosas e passíveis de serem encontradas no contexto da Análise do Comportamento. Argumenta-se pela defesa de especificidade temática sensível ao contexto brasileiro, mas sem abrir mão da universalidade possível de princípios comportamentais.

Palavras-chave: Comportamentalismo à brasileira, análise do comportamento, especificidade temática, universalidade de princípios.

Abstract

After distinguishing “principles” from “assumptions”, the first defined as statements derived from interpretations of empirical data, and the latter as pre-admitted (i.e., *a priori*) conditions, which constitute a priori conditions necessary as part of radical behaviorism philosophy, we proceed to analyze to what extent one can speak, respectively, of universality and specificity in relation to behavior analytic principles and themes of study. This issues are discussed from the perspective of possible variables controlling scientist's behavior. After that, we discuss the possibilities and limitations, whether theoretical or empirical, for the consolidation of a Brazilian behavior analysis, guided, but not necessarily, by the relevant social demands and auspicious alternative solutions that can be found in the context of behavior analysis. We argue in defense of the thematic specificity sensible to the Brazilian context (social demands and problems), but without giving up the possible universality of behavioral principles.

Keywords: Brazilian behavior analysis; behavior analysis, thematic specificity, universality of principles.

Trabalho financiado via bolsa de Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC concedida ao segundo autor.

✉ kester.carrara@uol.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11011>

À primeira vista, pode parecer teoricamente herética qualquer especulação no sentido de que os princípios da Análise do Comportamento (AC) e os pressupostos do Behaviorismo Radical possam, sob qualquer argumento, ser considerados concomitantemente e inevitavelmente variáveis, ponto a ponto, com as dimensões concretas da realidade em que, eventualmente, possam ser aplicados. Embora, como veremos adiante, persista alguma polêmica sobre o que sejam “princípios da Análise do Comportamento”, entendemos estar tratando, predominantemente, dos enunciados derivados da descrição de dados empíricos, especialmente no contexto de experimentos controlados. Reservamo-nos, no entanto, prudência com a possibilidade de que “princípios” ainda não definitivamente testados experimentalmente possam ser considerados como tal. Via de regra, falamos de *princípios* da Análise do Comportamento quando nos referimos, por exemplo, a reforçamento, punição, seleção pelas consequências, modelagem, modelação, lei da igualação, etc. Por outro lado, complementarmente, falamos em *pressupostos* quando nos referimos a condições pré-admitidas, não necessariamente submetidas a testes experimentais, que constituem condições prévias (ou seja, *a priori*) necessárias como parte da filosofia behaviorista radical e constituintes de condição *sine qua non* para a ocorrência funcional dos princípios e suas aplicações. A Análise do Comportamento não se define por um método, mas pelos princípios e pressupostos que lhe são peculiares. Os relatos experimentais cuidadosamente conduzidos sob o aspecto metodológico, demonstram, consistentemente, que os princípios comportamentais são majoritariamente estáveis – em tese, tais princípios não mudam em função de variações nos “fatos comportamentais” (entendidos como eventos naturais) –, apenas cabendo variação ao comportamento conforme o curso da história dos acontecimentos inerentes às relações entre organismos vivos e seu ambiente. De fato, é de se esperar que aquilo que se constitui em conhecimento científico o seja, igualmente, sob qualquer panorama empírico: em suma, não há um princípio distinto para cada ocorrência de um mesmo tipo de evento natural; os princípios são formulados, justamente, como conceitos organizadores da forma de ocorrência de uma classe de eventos da natureza.

Universalidade de princípios

No sentido recém-descrito, os mesmos fenômenos naturais, ainda que observados em territórios geograficamente diferentes, são (ou deveriam ser) explicados pelos mesmos princípios. Indo direto ao ponto, por exemplo, o princípio de seleção pelas consequências parece ser tão eficientemente funcional na Malásia quanto em Porto Rico, assim como em qualquer outro território do planeta. Da mesma forma, todos os organismos vivos de que temos conhecimento e cujos comportamentos foram estudados cientificamente respondem à seleção pelas consequências, sejam eles moluscos ou seres humanos. Não se trata de defender posição essencialista acerca dos princípios comportamentais, mas de reconhecer como típica a sua consistência e generalização intra e inter espécies, a despeito de diferenças biológicas, pessoais (i.e., referentes à história particular de vida dos organismos), sociais e culturais. Poderíamos dizer que a defesa da universalidade desses princípios deriva de um pragmatismo empírico-indutivista. Empírico por fundamentar-se em dados concretos, materiais e tangíveis quanto à sua natureza (especialmente dados experimentais); indutivista por se tratar, quanto à metodologia de generalizações e conclusões, de procedimentos que se desenvolvem a partir de casos particulares; e pragmático por considerar a pressuposição de universalidade dos princípios comportamentais o caminho mais útil e eficiente caso se tenha pretensão de resolver problemas humanos. Nos termos dos argumentos clássicos de Skinner (1950), rejeitando admissão e uso de conceitos estranhos ao mundo natural na própria análise de fenômenos naturais, a busca e consolidação desses princípios se apresenta como processo irreversível de universalização conceitual na área de atuação do analista do comportamento. Isso resulta em rejeição *in limine* a argumentos fortuitos sobre a ocorrência lógica, em qualquer plano dualista de existência, de organismos cujos comportamentos pudessem não ser a eles suscetíveis. Ao mesmo tempo, cotidianamente nos defrontamos com problemas concretos (e em número suficiente), que são compartilhados por seres humanos, cujos comportamentos são suscetíveis, por exemplo, à seleção pelas consequências. Lidamos, eventualmente, com casos “desviantes” quando estes, ao menos, preenchem o requisito de serem empíricos.

Tipicamente, nós, analistas do comportamento, estamos comprometidos com o fato de que as consequências afetam as propriedades ou características de respostas similares àquelas que foram conseqüenciadas. Nós nos comprometemos com esse tipo de afirmação por vários motivos, sendo o principal decorrente do fato de que essa evidência é obtida experimentalmente (o que significa que passou por todos os crivos metodológicos irrenunciáveis da ciência, como controle de variáveis estranhas, mensurações fidedignas, etc.). Assim se constituiu toda a proposição de princípios enunciados por Skinner e outros analistas do comportamento. Ou seja, os princípios foram se consolidando à medida em que evoluía a experimentação controlada, de modo que alguns princípios acabam por terem sido mais amplamente testados, como é o caso da díade generalização-discriminação de estímulos. Porém, há casos (não poucos, por sinal) em que alguns “princípios” podem parecer apenas equivalentes a proposições teóricas, isto é, que não derivam

diretamente dos dados empírico-experimentais, ainda que se almeje validá-los empiricamente. Um exemplo recente é o da metacontingência. Os dados empíricos que parecem favorecer sua concepção como “princípio” comportamental não ultrapassam a condição de insuficiente evidência, como ilustra extensa recuperação da literatura (Zilio, 2019). E por qual razão? O problema, no caso, é que metacontingência é um constructo hipotético (e não há demérito em sê-lo, desde que evidências corroborativas concretas sejam alcançáveis) que não avalia diretamente as relações entre “atores sociais” e “cultura”, esta tomada a partir do suposto funcionamento de indivíduos se comportando em situação de grupo, grupos estes tomados como organismos eles próprios. Note-se haver uma diferença crítica entre conceber indivíduos se comportando *em grupo* e grupo tomado *como um organismo* biológico. Originalmente, a ideia de grupo se refere a uma “reunião” de indivíduos, mas não a um organismo como tal. Grupo não é suscetível de consequências. Os indivíduos neles incluídos, sim. Grupo não se comporta.

A metacontingência, em tese, ocupa-se de um plano supostamente mais elevado de ações (“outro nível de análise”) o que, em nosso entendimento, não retrata a realidade essencial do mundo relacional entre indivíduos e seu ambiente. O que pode, com riqueza de detalhes e acurácia, ser descrito a partir da noção elementar de contingência de três termos. Metacontingência tem sido testada, como princípio explicativo, em situações empíricas. Empíricas, no entanto não experimentais na acepção fidedigna e radical do termo. Adicionalmente, o jogo de conceitos subsidiários (produto agregado, culturante, CCEs e outros) é completamente redutível aos termos analítico-comportamentais (no sentido de poder ser prontamente substituído pelos conceitos de há muito existentes, com evidente ganho explicativo no contexto da Análise do Comportamento como ciência – e.g., Carrara & Zilio, 2020). A metacontingência não se constitui indispensável para descrever a realidade comportamental ostentando qualquer competência explicativa inovadora que justifique incluir-se no rol de princípios da Análise do Comportamento, uma vez que aquilo a que se refere medir ou descrever, não é mais do que uma decodificação (possivelmente se constituindo, ao contrário, em recodificação) do que se pode obter como explicação de uma certa relação funcional mediante princípios científicos mais “elegantes” (no sentido do perfil de simplicidade, especificidade e efetividade requerida por uma visão machiana da linguagem científica), simples e singulares já antes adotados e descritos pela Análise do Comportamento (Carrara & Zilio, 2015). Além disso, a metacontingência, como se pode acompanhar em literatura adicional sobre várias de suas características (Carrara, 2016; 2018; 2019; 2020) padece de sérios questionamentos quanto à sua capacidade descritivo-explicativa oriunda de experimentação. Como sabemos, mesmo os “experimentos” que se diz serem levados a cabo usando o “sistema” de metacontingências originado por Glenn e colaboradores (2016), não são, genuinamente, experimentos e, ainda menos, medem algum fenômeno que se possa chamar de “cultura”, “culturante” e seus derivados. A Análise do Comportamento detém-se na cultura compreendida sob um *viés comportamental*. Nenhuma outra natureza que não a comportamental está aí presente. De modo que, ao fim e ao cabo, diferentemente de princípios obtidos experimentalmente, metacontingência e seus termos e conceitos associados constituem ficções explanatórias do que seja comportamento das pessoas em situação de grupo. Poder-se-ia argumentar que, ao fim e ao cabo, todo e qualquer princípio comportamental acaba por se tornar um enunciado verbal descritivo das operações em curso. Nessa hipótese, o mesmo ocorreria com a noção de contingência. Porém, dentre outras, a diferença crucial é a de que metacontingência permite uma descrição de segunda mão, ou seja, trata-se de um *princípio* que não explica seu fenômeno a partir de uma relação direta entre organismo e ambiente, mas de uma interpretação preliminar de uma noção de grupo tomado, em si mesmo, como organismo individual e, portanto, de natureza diferente do que seja a noção de organismo adotada pela Análise do Comportamento.

Observemos, porém, não ser apenas metacontingência (e sua terminologia cujo consenso e consolidação se buscou em artigo de 2016), o único caso na Análise do Comportamento onde cabe polêmica por resolver. Constituem, por exemplo, casos que merecem avanço nas discussões, o emprego corriqueiro da ideia de repertório comportamental, mesmo tendo Skinner alertado e refutado uma definição comum, que implicaria a existência de um “depósito mnemônico” a ocupar algum lugar no cérebro, depósito esse ao qual o organismo recorrerá sempre que necessitasse “redescobrir” como se comportar em dada situação. Outra questão polêmica poderia ser a terminologia que envolve habilidades sociais, habilidades educativas, habilidades parentais e, embora raramente, “falta de habilidade”: por vezes, as “habilidades”, antes que um qualificativo para comportamento, são tomadas como uma ocorrência substantiva. Ainda outra, a ideia de que o que torna um projeto, um achado, uma aplicação efetivamente “comportamental”, é a estratégia metodológica utilizada. Neste caso, mesmo que se esteja utilizando o princípio maior da seleção pelas consequências, a atividade só é reconhecida como analítico-comportamental se estiver sendo empregado o delineamento de sujeito único. Embora sejamos concordes com Skinner sobre que “as médias são mentirosas”, não se poderá conceber uma Análise do Comportamento em que os instrumentos de medida possam ter sido pautados por estatísticas “descritivas”, como aquelas restritas a medidas de tendência central?

Numerosas são as outras fontes de polêmicas conceituais na Análise do Comportamento, de maneira que tomar alguns desses usos e costumes como eventuais princípios parece requisitar novas análises, como é o caso em que, de modo aparentemente imprudente, se costuma proceder com a ideia de uma terapia “cognitivo-comportamental”, como se fosse possível conceber duas “naturezas” entre si interagentes, sem notar que aquilo a que estamos nos referindo neste caso é a área de atuação do terapeuta, mas não, simultânea ou integradamente, a duas naturezas que entre si dialogam.

Todavia, embora a discussão da pertinência conceitual – nesses e em vários outros casos – constitua aspecto a ser debatido para um aprimoramento dos princípios da Análise do Comportamento, tais ocorrências transitam em possível resistência à nossa própria ideia, expressa neste texto, sobre universalização conceitual. Retomemos, por necessária, a questão da universalidade dos princípios, fundamento de alcance generalizado da explicação científica para numerosas variações de um mesmo tipo de fenômeno (comportamental, no nosso caso). Assim contextualizada, a universalidade de princípios tem como consequência, especificamente, o que em ciência costumamos chamar de “leis” ou “ordenamento” explicativo dos fatos da natureza em categorias tais que possam ser descritas, previstas e explicadas pelo mesmo tipo de relações funcionais. É nesse sentido que se pode falar, por exemplo, de um procedimento bastante consistente e utilizado em muitos países por grande diversidade de analistas do comportamento, como o chamado “método ABA para autismo”: por mais que algumas variações históricas de interação com dado ambiente possam ocorrer, é possível descrever com segurança as relações fundamentais entre variáveis do procedimento metodológico em questão e as variáveis comportamentais implicadas.

Assim sendo, depois de uma infinidade de experimentos e aplicações, a Análise do Comportamento corrobora generalizadamente, aqui e acolá, a funcionalidade dos seus achados. Os *fatos* comportamentais respondem às mesmas *leis* gerais quanto à descrição de suas relações funcionais. Há, porém, um aspecto que pode confundir leigos – e até mesmo profissionais – quando se examinam repertórios desenvolvidos sob condições ambientais aparentemente iguais: por exemplo, embora sejam frequentemente parecidas, sempre e de fato são irremediavelmente distintas as maneiras de interagir com o respectivo ambiente social por parte de gêmeos, mesmo que univitelinos, ainda que sempre tratados de maneira *igual* pela família e amigos, e mesmo que educados sob os *mesmos* princípios. Trata-se da variabilidade intrínseca e inevitável de contextos sob que se apresenta a realidade fática: no limite, não é possível a existência de duas histórias iguais de interação por dois ou mais indivíduos em relação ao seu ambiente. Ou seja, numa análise comportamental de contingências determinantes, a cada recorte da realidade correspondem, para além de possíveis mesmos princípios, diferentes *histórias* individuais de interação. Nesse sentido, por exemplo, gêmeos univitelinos, em que pese sua equivalência biológica (e até mesmo diante de uma suposta igualdade genética), desenvolvem seu repertório comportamental à mercê de consequências que lhes modela diferencialmente o comportamento. Em outras e sumárias palavras, mesmos princípios, porém diferentes histórias de interação: essa é a efetiva razão pela qual nos asseguramos de que cada qual dos indivíduos de determinada espécie torna-se invariavelmente distinto e caracterizado pelo que vulgarmente denominamos de “uma personalidade própria” (lembrando que mesmo os que julgamos entre si distintos são, não contraditoriamente, ao mesmo tempo entre si algo parecidos). Nesse cenário, singelos argumentos leigos sobre que “somos tão diferentes, mas, como irmãos, fomos tratados sempre da mesma maneira” não conduzem à conclusão sobre uma “*natureza* ímpar” entre os indivíduos de uma mesma espécie, já que as diferenças resultam de um *processo histórico* de suas respectivas relações com o ambiente, em contrapartida a um arranjo singular de idiosincrasias.

O comportamento do cientista

Nossos argumentos, entretanto, embora pragmáticos quanto aos cânones da ciência contemporânea, pouco acrescentam caso se limitem a reafirmar processos essenciais do pesquisar atrelados a replicações que buscam identificar probabilidades positivas de que funcionam de maneira equivalente numa multiplicidade de situações. Uma das questões efetivamente relevantes a serem abordadas, respeitadas as práticas de controle de variáveis estranhas e a busca de certa regularidade funcional nos fenômenos naturais, são as implicações específicas de determinado conjunto de variáveis que afetam o comportamento do cientista em lugares e condições distintas do planeta. Ou seja, mobiliza-nos, na prática e entre outros aspectos, apresentar cogitações relevantes sobre o fazer ciência (particularmente, Análise do Comportamento), em lugares e condições sociais, políticas, ideológicas entre si discrepantes. Por mais que os princípios dessa ciência sejam bastante generalizáveis – e todos nós, como cientistas, estejamos convencidos disso – a própria história particular de interações de cada cientista é única e, nesse sentido, contextualizada por razões sociais, políticas e ideológicas de estatura inigualável.

Em resumo, a ciência envolve um conjunto de práticas científicas (comportamentos dos cientistas) sob controle de regras (epistemológicas, ontológicas, metodológicas) compartilhadas pelo grupo congênere. Fazer ciência sob uma

dada perspectiva é estar sob controle dessas regras. Ressalte-se que essas regras não são inertes e inegociáveis; pelo contrário, estão em constante avaliação e adaptação visando criar condições mais adequadas e precisas de pesquisa. Ainda assim, o comportamento do cientista também está sob controle de variáveis outras, para além das regras científicas. As classes comportamentais que compõem o fazer ciência são influenciadas pela história particular dos cientistas e pelo contexto político, econômico e institucional que não se confundem com as regras ou cânones da boa conduta científica (Carrara & Zilio, 2020). É ilusão acreditar possível que o comportamento de um cientista bem preparado fique apenas e definitivamente sob controle das regras científicas. Essa é a “ilusão” da objetividade (ver capítulos 2 e 3 em Cupani, 2018). Porém, dessa constatação não se segue o descrédito ou a equalização da ciência com outras formas de conhecimento, isto constituindo uma espécie de paralelismo ingênuo. Diante dessa situação, podemos assumir essa múltipla influência e pulverizar o que é característico da ciência alocando suas regras em conjunto com (ou submissas às) outras variáveis que controlam o comportamento do cientista. Encontramos essa alternativa, por exemplo, nas falas de que a política ou a economia ditam o que é verdadeiro ou falso na ciência. Parece ser esse o caminho do relativismo epistêmico e do construtivismo social (Boghossian, 2006/2012). Ou podemos assumir essa múltipla e mútua influência, que é inevitável, mas tentar minimizar ao máximo a sua interferência na prática científica. É a cenoura amarrada à vara: faz-nos caminhar, mesmo sendo o caso de que nunca iremos alcançar um estado de *objetividade pura*. Mas é justamente esse esforço que define (ou deveria definir) a ciência.

Nas palavras de Pracontal (2004), a impostura científica é a “mentira que consiste em fazer passar por científico um discurso, uma teoria, uma tese, uma experiência, um dado, uma observação, um fato etc. que não o é” (p. 9). Witkowski e Zatonski (2015) elencam diversos exemplos de imposturas na ciência psicológica. Os abundantes exemplos de “imposturas científicas” que supostamente mostrariam a “fragilidade” da ciência, na verdade não tratam de problemas internos às regras científicas, mas são casos que surgem quando o comportamento do cientista passa a ficar mais sob controle de outras variáveis (especialmente políticas e econômicas) do que as próprias do contexto da pesquisa científica. A depender do grau de influência, podemos dizer inclusive que tal comportamento deixou de ser científico, embora, à primeira impressão, se classifique como tal. Em termos comportamentais, a topografia pode se assemelhar à de classes de comportamentos de fazer ciência, mas não à sua função.

Obviamente, pode-se pensar em situações com graus diversos de desvio das regras da ciência. Em um extremo podemos encontrar discursos que abertamente não pretendem ser científicos. Alguns passos adiante podemos encontrar as imposturas científicas: discursos que se vendem como tal, ainda que não o sejam, como o caso das pesquisas fraudulentas do psicólogo social Diederik Stapel (Crocker, 2011). Já no interior da ciência podemos encontrar práticas que talvez não sejam as ideais para a condução de uma coleta ou análise de dados específica, mas que são mantidas ou selecionadas por produzirem resultados materiais de alto impacto (especialmente artigos), isto é, por aumentar a produtividade de um dado grupo ou pesquisador particular. É o que aponta Smaldino e McElreath (2016) ao tratar dos efeitos deletérios para a ciência quando as principais consequências selecionadoras de práticas científicas estão diretamente relacionadas à quantidade de produção e ao tipo de produto (dados positivos, que supostamente validam teorias ou hipóteses, em detrimento de dados negativos ou replicações). Nesse contexto, as práticas científicas não são selecionadas por serem as mais adequadas para compreensão de um dado fenômeno, mas por produzirem mais artigos. Por fim, no extremo inverso em relação ao qual começamos, temos o já mencionado esforço idealizado de tentar minimizar ao máximo a interferência de variáveis que influenciam negativamente a prática científica.

O ponto é reconhecer que o comportamento do cientista não é “imaculado”, alheio aos contextos econômicos, políticos, institucionais, e que é compromisso inegociável do cientista tornar-se “consciente” no sentido de ser capaz de localizar e descrever tais contingências de controle do seu comportamento. Poderíamos dizer que este é um sentido em que o cientista deixaria de ser “ingênuo”. Porém, dessa constatação não se segue que diferentes formas de “saber” estariam em pé de igualdade epistemológica, isto é, que o conhecimento produzido via comportamento científico seja equivalente ao suposto conhecimento produzido sob controle de variáveis estranhas à ciência. Os recentes exemplos brasileiros referentes ao uso da cloroquina como medicamento para tratamento da Covid-19 e da fosfoetanolamina para tratamento de câncer são bastante emblemáticos. De fato, o caminho relativista supracitado abriu as portas para a possibilidade de legitimação social de outras formas de “saber” que não se confundem com os cânones da ciência. Essa consequência parecia à primeira vista bem-vinda, democrática, mas o que tivemos como resultado foi a deslegitimação da ciência como forma de produção de saber consistente e robusto. O vácuo foi preenchido por discursos que estão sob controle tão somente de variáveis outras, estas econômicas, políticas, culturais, etc., que passam ao largo das regras científicas. Temos movimentos anti-vacinas, terraplanistas e negacionistas do aquecimento global. Devemos ter cuidado para não jogar o bebê com a água do banho. Ao mesmo tempo em que é importante reconhecer a multiplicidade de fatores que podem influenciar o comportamento do cientista, também é relevante

reconhecer o papel social da ciência como agência de controle e contracontrole. Mas essa função talvez seja pouco reconhecida ou explorada (até mesmo Skinner, 1953, não elencou a ciência, ao menos diretamente, como uma das agências de controle). Com a deslegitimação da ciência, o seu papel de estabelecer os limites ponderáveis do discurso não científico (especialmente na dimensão política) se fragilizou. Agora políticos não têm que lidar, por exemplo, com os dados científicos sobre o aquecimento global e planejar políticas que o reconheçam como ameaça. Basta criar uma narrativa alternativa, descolada do conhecimento produzido pela ciência, mas alinhada aos interesses escusos de quem os profere.

Especificidade temática

Aquilo de que estamos nos ocupando, se por um lado implica a admissão de uma generalidade confiável inerente aos procedimentos científicos, por outro remete a uma singularidade das ciências do comportamento e, especialmente, da Análise do Comportamento. Uma análise sociológica do conhecimento nos revela que ciências do comportamento inevitavelmente padecem comparativamente mais das influências sobre os cientistas resultantes do ambiente cultural em que vivem (no sentido em que afetariam mais amplamente as concepções sobre seu objeto de estudo) do que cientistas das chamadas ciências *duras* ou das ciências *formais*, exemplificadas, ambas e respectivamente, pela Física e pela Matemática. Mas não parece haver termos consistentes de comparabilidade entre esses efeitos nos dois grupos. De todo modo, a razão pela qual isso se dá está exatamente no fato de que, diferentemente do que ocorre com outros pesquisadores, o analista do comportamento trabalha com contingências que afetam o comportamento de outrem, mas que, ao mesmo tempo, constituem o tipo de condições que afetam e controlam o *seu próprio* comportamento de cidadão comum e, a um só tempo, de cientista ocupado em buscar explicações para as relações dos indivíduos com seu ambiente, sob viés físico, químico, biológico e social.

Em assim sendo, por mais consensuais que sejam princípios da Análise do Comportamento sob o viés behaviorista radical (universalidade conceitual), as variáveis que afetam os interesses, motivações e temas dos pesquisadores são particularmente decorrentes de sua interação com características e demandas do seu bairro, de sua cidade, de seu país, dos fatos mais mezinhos de sua história pessoal, porque estas efetivamente participam ou participaram de sua formação ético-acadêmica ao longo de sua iniciação e consolidação enquanto cientista. Em todas as áreas do conhecimento encontraremos, naturalmente, muitas formulações científicas de alcance universal e aí reside parte do que parece ser o objetivo de uma humanidade solidária, qual seja o compartilhamento universal de conhecimento acurado sobre a realidade em favor de uma convicção aguda e inegociável sobre a importância do bem-estar comum. É nesse sentido que poderíamos falar que o cientista é (ou deveria ser) pela própria natureza de sua profissão, um trabalhador universalista. Porém – e ao mesmo tempo – encontraremos igualmente numerosos sinais na literatura que revelam prontamente resultados de interpretação *científica* da realidade que tornam cristalinos os vieses do contexto interativo pessoal do pesquisador. Para usar exemplo único, seja corroborativo da universalidade do conhecimento científico, seja, em contraposição, revelador das particularidades históricas individuais do cientista, tomemos o próprio B. F. Skinner, representante legítimo e indiscutível de identificador, descritor e desenvolvedor competente de princípios os mais consistentes da Análise do Comportamento (seleção pelas consequências, contingência de três termos, esquemas de reforçamento, estímulos discriminativos, controle de estímulos e numerosos outros conceitos e formulações que constituem noções universalmente aceitas e testáveis sob as mais diferentes condições). No entanto, ao mesmo tempo, a interpretação da obra de Skinner torna-se dependente de contextualização de sua própria história de contingências quando o autor ingressa na especificidade dos temas abordados, os quais inúmeras vezes revelam sua pessoal formação científica, ética e filosófica. Não é difícil constatar esse fato em *Walden Two*, quando Skinner (1948/1972) formula, em sua polêmica novela utópica de 1948, o que seria uma sociedade ideal. Não se tratasse de Skinner, mas de outro cientista, os valores em jogo no enredo dessa obra seriam quase certamente diferentes. Tampouco é difícil encontrar outras posições que sinalizam o que se apresenta como uma mescla de formulações científicas com o perfil ético-político que resulta de sua história pessoal, como em *Beyond Freedom and Dignity* (1971) ou em *Reflections on Behaviorism and Society* (1978). Embora, como cidadãos, possamos identificar nesse exemplário de obras determinadas características, afirmações ou posicionamento que se compatibilizem com nossas formações, isso evidentemente não significa que se possa falar em universalidade de interpretação temática. No limite, poderíamos concordar, completamente confiantes, com os princípios de sua ciência, mas talvez não nos houvésemos em acordo com suas escolhas éticas (Zilio & Carrara, 2009), de modo que – hipótese altamente improvável e pretensiosa – talvez nos recusássemos a trabalhar na mesma sala na universidade ou a nos tornarmos seu vizinho em Susquehanna. Poderíamos, no mínimo, ficar facilmente entre a concordância e a discordância ao examinar o envolvimento de Skinner no projeto *Pigeons on a pelican* (1960). Não seria mesmo de se

esperar espelhada nas análises publicadas por Skinner um conjunto de referências interpretativas que dissessem respeito à formação de pesquisadores europeus, asiáticos ou brasileiros. Afora a “naturalidade” com que, tematicamente, compreendemos que os exemplos predominantes utilizados pelos cientistas em suas interpretações de realidade sejam próximos de seu próprio contexto social, cabe olhar, numa perspectiva contemporânea de desenvolvimento da humanidade, para a realidade social dos países considerados como imobilizados numa condição de subdesenvolvimento econômico e que constituem a grande maioria dos países no cenário mundial (para uma certificação de excruciantes contrastes entre os povos, basta olhar para siglas como as de G7 ou G-8 – a depender da inclusão ou não da Rússia – que justamente escancaram a desigualdade global).

Se atentamos para esse cenário de desigualdade econômico-social e consideramos que, para além da preservação conveniente aos mais ricos dos cânones da ciência em relação a seus próprios princípios e pressupostos, evidencia-se um processo, corroborado pelo fazer científico contemporâneo, que aponta a exclusão de muitos temas que seriam de interesse dos países subdesenvolvidos. Em síntese, o que se pode constatar é que os temas de pesquisa que poderiam ser de interesse dos que estão de fora do G-8 (isto é, quase todas as demais nações) não seriam escolhidos, desenvolvidos, fomentados pela minoria privilegiada. Ainda mais detalhadamente, dirigindo nosso foco para a Análise do Comportamento, afora as questões de interesse comum (procedimentos clínicos, por exemplo), a maioria dos temas afinados com os problemas das nações mais pobres (as latino-americanas, as africanas subsaarianas, algumas asiáticas) não está, de modo algum, sob o foco de uma ciência que ajude tais países a superarem suas grandes dificuldades financeiras, econômicas, de saúde, de segurança pública, de educação, de corrupção, de políticas públicas em geral). Essa atitude, mesmo que involuntária, tem gerado um perfil adesista dos pesquisadores dos países menos desenvolvidos, que são até mesmo incentivados a seguirem a trilha dos ditames da pesquisa internacional, o que se pode facilmente perceber na crença cega estampada em políticas científicas que pressupõem, especialmente nas universidades públicas e nas agências de fomento, uma campanha por vezes acrítica de internacionalização da ciência (latina, brasileira, africana) para melhorar a competência e acurácia dos pesquisadores, constituindo panacéia para qualquer e todos os males no âmbito da qualificação científica extra-G-8.

Afunilando estas considerações, a Análise do Comportamento, na esteira da mesma cantilena, como ciência de uma das áreas do conhecimento que inclui como objeto de estudo o comportamento profissional do cientista, tem sido consideravelmente corroborativa em relação a temas conceitualmente genéricos no cenário dos congressos e debates internacionais. Esse fato parece revelar, cada vez mais, uma tendência a apegar-se a um guarda-chuva de benefícios condicionais e dependência em relação aos países ricos.

Para exemplificar, no âmbito da Análise do Comportamento dedicada ao estudo de práticas sociais e culturais, na sua dimensão aplicada, conquanto sejam poucos os periódicos internacionais especializados (destaque-se *Behavior and Social Issues* e suas chamadas editoriais socialmente relevantes), há um constante acréscimo de submissões, o mais das vezes constituída por artigos que dão sequência a temas que tipificam a busca de consolidação de uma ciência do comportamento internacional que requer um ajuste e adaptação ao leque de interesses dos países dominantes. Essa conformação acaba por dar-se não apenas no que respeita às dimensões temáticas, mas a questões teóricas. No caso da Análise Comportamental da Cultura, as submissões brasileiras tipicamente (talvez apenas incidentalmente) com frequência apresentam-se em tácita sintonia com as proposições que retroagem à primeira publicação de Glenn (1986).

As reflexões anteriores ensejam uma pausa neste artigo para observar um aspecto de nossa análise que, em tese, pode provocar a impressão (talvez com toda razão) de que estamos aqui enfaticamente defendendo que os países do terceiro mundo deveriam romper com a internacionalização do conhecimento. Para melhor esclarecer, o que defendemos sequer resvala a ideia de uma ideologia nacionalista: sem o compartilhamento e cooperação internacional franca e transparente jamais seremos capazes de avançar com a rapidez requerida, em face do nosso cada vez mais contundente atraso nos processos de pesquisa. Porém, em contraposição – mas não em contradição – se não nos detivermos nos temas de interesse precípua das nações preteridas, não haverá ninguém, especialmente fazendo-se crer movido por um altruísmo desinteressado, que possa oferecer incondicional apoio para que possamos desenvolver pesquisas, empíricas e teóricas, verticalmente interessadas em gerar soluções cientificamente delineadas para resolver os principais problemas nacionais, particularmente aqueles que impliquem profundas mudanças de comportamentos individuais e práticas culturais deletérias.

O caminho para tal relevante empreitada passa por diversas alternativas de política de pesquisa e de formulação e consolidação de pensamento científico. Não se compreenda apoio, aqui, para que se deixe de publicar em periódicos rigorosamente avaliados, internacionais ou não. A inserção de pesquisadores dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento nos cenários de rigoroso debate científico é parte do caminho para o

compartilhamento e consolidação imprescindível do conhecimento. Porém, há também outros caminhos para que o acesso às publicações brasileiras (e de outros países subdesenvolvidos) possa se concretizar: por exemplo, a publicação da versão em português juntamente com uma versão em inglês e/ou espanhol. Trata-se de uma experiência de compartilhamento internacional já em andamento por alguns periódicos, com reconhecido sucesso e bastante bem-vinda. É duvidoso, no entanto, que estejam no melhor caminho as iniciativas para publicações brasileiras apenas em inglês, assim como mesas-redondas em congressos apenas em inglês (mesmo quando há apenas um convidado externo) ou a ministração de aulas de pós-graduação apenas em língua inglesa. Mas essa, embora relevante, é uma questão incidental que acompanha nosso principal objetivo, qual seja o de manter ao máximo a universalidade conceitual, porém sem esvaziar ou uniformizar a dimensão temática segundo padrões externos de vernáculo e costumes típicos de sociedades economicamente dominantes. Nesse caso, até mesmo restringindo as imprescindíveis conotações particulares de uma determinada população e suas características: sua língua, seus costumes, seus problemas sociais, políticos e ideológicos jamais iguais aos de outras nações, que ora vivem variantes e métodos próprios e igualmente inconfundíveis, não podendo, até por isso, ser tratadas da mesma maneira.

Cabe assinalar que a proposta aqui sugerida de universalidade conceitual aliada à especificidade temática talvez coloque uma Análise do Comportamento à brasileira, especialmente em sua dimensão de análise social e cultural, em posição um tanto destoante se comparada aos esforços anteriores de desenvolvimento de uma psicologia social propriamente brasileira (especialmente em sua vertente nomeada “social crítica”) (Carvalho & Souza, 2010). Diante da suposta “crise” das psicologias sociais norte-americana e europeia, tomou forma o movimento de uma psicologia social brasileira, propriamente latino-americana. Para Gouveia (2015), “. . . a oposição à prática hegemônica estadunidense, com ênfase em pesquisas básicas, de laboratório, parece ter sido o ponto-chave [da crise], resultando em críticas como artificialismo, irrelevância social e uso de cenários fictícios” (p. 493). Para Ferreira (2010), “a crise da Psicologia Social se caracterizou, sobretudo, pelo questionamento das bases conceituais e metodológicas da Psicologia Social Psicológica até então dominante, no que tange à sua validade, relevância e capacidade de generalização” (p. 53). A psicologia social brasileira, em grande parte, parece ter tomado o caminho do relativismo epistemológico aliado ao abandono da ciência nos moldes aqui descritos como caminho legítimo para a compreensão de fenômenos sociais e à adoção de uma unilateralidade de visão tendo a ideologia dominante (especialmente política e econômica) como chave mestra na avaliação do que é tido como verdadeiro ou falso em ciência. Nota-se, portanto, que no bojo da crise estaria justamente a pretensão de universalidade conceitual forjada em contexto de pesquisa empírica e experimental. Ou seja, justamente parte do que pretendemos defender como possível e aconselhável na Análise do Comportamento, ressaltada, como já exposto, a especificidade temática que deve contextualizar o desenvolvimento de problemas de pesquisa. Por outro lado, a insistência por demais relevante em se criar uma psicologia social em sintonia com os problemas particulares da realidade brasileira (Carvalho & Souza, 2010; Gouveia, 2015) é justamente o âmago do que aqui gostaríamos de defender. A diferença, retomando a analogia outrora mencionada, é que advogamos por não jogar o bebê (a universalidade conceitual amparada pela metodologia científica empírico-experimental) com a água do banho.

Constituindo *Psicologias locais*

A questão da especificidade temática, portanto, nos leva para as proximidades de outros esforços para constituir “psicologias” típicas de determinada sociedade. Uma dessas iniciativas diz respeito ao que poderia ser denominado como Psicologia Social Brasileira, por exemplo. Ou seja, por mais que compartilhem parte do mesmo panorama de outras nações, estão aí presentes certas dimensões temáticas irremediavelmente únicas e que, portanto, embora faça uso do mesmo ou de equivalente instrumental, exige que utilizemos de diferentes maneiras o mesmo “arsenal” interpretativo.

Aparentemente, há razões para a constituição e consolidação de cenários temáticos próprios de países ou regiões como prioridades para investigação e intervenções a partir das diferentes “psicologias”, abordagens ou mediações teóricas. Uma dessas razões é a de, justamente, avaliar em diferentes realidades os “princípios” ou conceitos centrais definidos e testados pelas respectivas abordagens, a Análise do Comportamento dentre elas. Outra razão, objeto central deste ensaio, diz respeito ao direcionamento de um segmento da Análise do Comportamento, o da Análise Comportamental da Cultura e da Psicologia Social Analítico-Comportamental, preferencialmente a temas que possam representar avanços na direção da construção (ou reconstrução) social, no seu sentido mais amplo (o que inclui economia, saúde, políticas públicas em geral, saneamento básico, sustentabilidade ambiental, liberdade de expressão, eleições verdadeiramente democráticas e numerosos outros segmentos e aspectos). A questão aqui colocada não é a de que, de fato, tenhamos, devamos ou possamos vir a ter um elenco de princípios os quais, na literatura brasileira de Análise do

Comportamento, sejam únicos e particulares. Inversamente, ao menos na maioria das áreas, os princípios são, basicamente, os mesmos. Nas áreas de atuação mais recentes existem dissensões mais frequentes, como é o caso de conceitos como contingência/metacontingência, macrocontingência, produto agregado, ambiente receptor e outros. Trata-se de um processo de amadurecimento da ciência e, com ela, de seu elenco de conceitos básicos.

Porém, tais divergências constituem apenas parte do problema: os debates e as publicações, ao longo das edições, contribuirão para que se sedimentem as escolhas e se superem as diferenças. Em contrapartida, as questões que mais inibem novos e ousados projetos em Análise Comportamental da Cultura e Psicologia Social Analítico-Comportamental são entre si imbricadas. Trata-se, por um lado, da retração cada vez maior de recursos para projetos e bolsas como resultado de políticas públicas engessadas para a área de Ciências Humanas e/ou Ciências do Comportamento. Contemporaneamente, em razão de diversas variáveis e ao menos em face do negacionismo institucional de governo, o apoio a novos projetos, seja nas agências federais (CNPq) ou estaduais (FAPESP, FAPERJ e similares), há uma retração de recursos para essas áreas e uma predominância das áreas de Biológicas e Exatas, centrando-se atenção em projetos eminentemente tecnológicos – frequentemente uma “ciência das coisas” e, não, “dos processos”, nem sempre científicos e contextualizados na acepção adequada.

Nesse contexto, retomando o caso da Análise Comportamental da Cultura e da Psicologia Social Analítico-Comportamental, sua sobrevivência enquanto ciência depende cada vez mais da descoberta e divulgação de novas contribuições que impliquem diretamente benefícios à população, seja pela capacidade de instrumentalizar comportamentalmente políticas públicas e de responder a demandas sociais democráticas que clamam por justiça social, solidariedade e cidadania em todos os setores da vida social. Em outros termos, pelas aspirações populares ouvidas e interpretadas pelos cientistas comportamentais dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, tão cedo não se interessará legitimamente a comunidade científica dos países do G-8. Provavelmente, os únicos a identificarem, compreenderem profundamente e, finalmente, se interessarem em encontrar respostas e soluções para os principais problemas comportamentais de latinos, africanos e, em certa medida, asiáticos, serão eles próprios. Em função disso, embora seja bem-vinda a internacionalização do conhecimento no sentido de compartilhamento entre diferentes povos, as mobilizações concretas por mudanças profundas nas gestões públicas não devem ser esperadas de iniciativas que extrapolem as fronteiras dos países mais carentes no cenário sócio-político-econômico. Há, porém, alternativas de contracontrole, por exemplo, na perspectiva de um Behaviorismo Contextualista Humanista (Carrara, 2021). Novos projetos, novas parcerias (por exemplo, a consolidação da Rede Nacional de Análise Comportamental da Cultura e Políticas Públicas – RNACCPP) parecem constituir caminho relevante para um fortalecimento de parcerias e o surgimento de propostas integradas de ações que possam ajudar a população a tomar conhecimento das variáveis que controlam, do ponto de vista das políticas sociais, políticas públicas e outras ações e inações estatais, as liberdades democráticas mais caras. Um redirecionamento da ciência comportamental em busca da melhor ética parece plausível se diretamente comprometido – o que parece ser uma obrigação das profissões de ajuda, como a Psicologia – no cenário temático único da realidade brasileira. Inspirações aparentemente efetivas e bem intencionadas já podem ser consideradas um legado relevante, como as construídas por Holland (1978), Sá (1978, 1985, 1986) e Pessotti (2016).

Grande parte dos fenômenos sociais, por certo, se repete veementemente na maioria dos países, sejam eles pobres ou ricos. É o caso, por exemplo, do fenômeno da corrupção, que desde primórdios inenarráveis da história das civilizações já habitava papiros e livros, sem que se tenha conseguido obter uma solução definitiva e global. É emblemático que tenhamos um órgão internacional, a Transparência Internacional (TI), que se ocupe de notícias, estatísticas e classificações de mais de 180 países e segundo alguns índices bastante bem construídos. A TI ilumina mentes e corações das pessoas interessadas em coibir definitivamente a corrupção no mundo inteiro. Porém, como assinalam Carrara e Fernandes (2018), há muitas corrupções, no sentido de que ao redor do mesmo relevante tema e, também, nas suas profundas raízes, encontram-se rigidamente instaladas e ativas múltiplas variáveis as quais, para além do benefício fácil que designamos vantagem ilícita, ilegal ou indevida, padecem da influência de fatores muitíssimo diferentes e complexos em cada cenário, em cada nação. Seguramente, as intervenções que algum projeto de grande alcance necessita conduzir para reprimir a corrupção precisariam alcançar não apenas o corrupto contumaz, mas os bancos escolares e o próprio ambiente familiar em que a aparentemente ingênua ideia do “levar vantagem” grassa desde cedo. Outros países, como os nórdicos, não têm cidadãos de uma natureza espécie-específica genética ou biologicamente agraciada e diferenciada de tudo o mais, a ponto de que rejeitem os ganhos fáceis da corrupção e por essa razão façam seus países ocuparem os primeiros postos entre aqueles que conseguem se esquivar da corrupção. Sem dúvida, no caso da Análise do Comportamento, é possível identificar variáveis tematicamente diferenciais capazes de influenciar menos ou mais a formação de “personalidades” corruptas, corruptíveis e corruptoras, independentemente de sua “natureza” biopsicossocial ou da nacionalidade que lhe dá origem.

Implicações e Perspectivas

Este artigo, portanto, aproximou-se de um objetivo que pode agora ser mais bem compreendido. Trata-se, como já dissemos, de nos afastarmos de qualquer projeto nacionalista exacerbado, ao mesmo tempo em que evitar qualquer dimensão utilitarista (embora pragmatista em alguma mínima medida) que apoie ciência em função interesses típicos de governos autoritários. Trata-se, portanto e ao contrário, de um ensaio que, ao mesmo tempo em que buscou refletir sobre a formação e vieses da atuação do cientista, constitui-se como um convite (e, se assim interpretado, um alerta), especialmente a analistas do comportamento, para que levem aos debates congressuais suas propostas para a reconstrução de uma Análise do Comportamento teórica e conceitualmente bastante sólida e bem estabelecida no cenário mundial, porém assentada e associada à busca e desvendamento das particularidades das variáveis as quais, para além de suas similaridades temáticas com o que ocorre em outras nações, também apresentam singularidades que precisam ser tratadas como tais.

Nesse sentido, duas outras dimensões do mesmo tema precisam ser retomadas: (1) a primeira diz respeito ao fato de que os cursos de graduação e pós em Psicologia (do que decorrem implicações imediatas para a formação de analistas do comportamento) precisam revelar precocemente aos estudantes tratar-se, a Psicologia, de uma profissão necessariamente e pela raiz comprometida com ajudar na solução de problemas da conduta humana, sejam eles de adaptação ambiental, sejam eles referentes ao intrincado mundo das relações sociais; (2) a segunda também concerne à formação profissional dos analistas do comportamento e dos psicólogos em geral, no sentido de que, a um só tempo, tais profissionais se tornem capacitados e comprometidos com abordar, preferencialmente, as ações mediante as quais se pode tornar claras as possibilidades de contribuição em pesquisa e intervenções de tal maneira que, para além do estritamente necessário, se evite lançar mão de estratégias e procedimentos transpostos acriticamente de esferas sociais diferentes, quando não contrapostas às demandas éticas da própria sociedade que contribui para a sustentação, especialmente, das universidades públicas.

Nesse contexto, torna-se clara a busca, compreensão e aceitação de uma universalidade conceitual da Análise do Comportamento (até aqui, no entanto, ainda distante de evidenciar consenso em relação a todos os conceitos adotados pela comunidade científica). Por outro lado, iniciativas como a publicação de edições especiais articuladas considerando as especificidades temáticas típicas dos diferentes países (e suas comunidades científicas) a partir dos seus respectivos contextos de fala; iniciativas como a formação de grupos de trabalho (ex.: GTs da ANPEPP); consolidação das redes de pesquisa nacionais e chamadas públicas para projetos em órgãos de fomento, parecem caminhos promissores para que a Análise Comportamental da Cultura e a Psicologia Social Analítico-Comportamental consigam, a um só tempo, se manter atualizadas (e avançar) em relação à acurácia conceitual que deve tipificar uma ciência behaviorista radical e participar como instância colaborativa e legítima representante científica da proposição e consolidação de dimensões teóricas e práticas imprescindíveis para uma vida comunitária apoiadora e defensora de justiça social ampla, irrestrita e generalizável internacionalmente, porém com objetivos iniciais ensejados tematicamente pelas demandas de seu lugar de origem.

Declaração de conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

Contribuição de cada autor

Certificamos que ambos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue: Kester Carrara: Conceituação (C), Investigação (Inv.), Metodologia (Met), Escrita – Manuscrito Original (E.M.O.), e Escrita – Revisão e Edição (E.R.E). Diego Zilio: Conceituação (C), Investigação (Inv.), Metodologia (Met), Escrita – Manuscrito Original (E.M.O.) e Escrita – Revisão e Edição (E.R.E).

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



Referências

- Boghossian, P. (2012). *Medo do conhecimento: Contra o relativismo e o construtivismo* (M. Bagno, Trad.). Senac. (Obra original publicada em 2006).
- Carrara, K. (2016) Consequências nas Práticas Culturais: Efeitos sobre Indivíduos ou Grupos? *Revista Interação*, 20(3), 246-256. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v20i3.47378>
- Carrara, K. (2018) *Radical Behaviorism and Cultural Analysis*. Springer.
- Carrara, K. (2019, novembro 11) O que é metacontingência e por que é (des)necessária? *Boletim Contexto* (ABPMC). <https://boletimcontexto.wordpress.com/2019/11/11/o-que-e-metacontingencia-e-por-que-e-desnecessaria/>
- Carrara, K. (2020) *Contingencialismo, Comportamento e Políticas Públicas*. Chiado Books.
- Carrara, K. (2021) Control and Countercontrol in Brazilian Public Policies: Conjectures from a Humanist-Contextualist Behaviorism. Em: J. D. Sinnott e Joan S. Rabin, *The Psychology of Political Behavior in a Time of Change*, 613-624. Springer. DOI: 10.1007/978-3-030-38270-4_27
- Carrara, K., & Fernandes, D. M. (2018) Corrupção e seleção pelas consequências: Uma análise comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, e3423. <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3423>
- Carrara, K., & Zilio, D. (2015). Análise comportamental da cultura: Contingência ou metacontingência como unidade de análise? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 135-146. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v11i2.1944>
- Carrara, K., & Zilio, D. (2020) De Mach a Skinner: A ciência como o behaviorista radical a compreende. *Acta Comportamental*, 28(2), 237-255. <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/75954>
- Carvalho, B. P., & Souza, T. M. d. S. (2010). A “escola de São Paulo” de psicologia social: Apontamentos históricos. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 713-721. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000400007>
- Crocker, J. (2011). The road to fraud starts with a single step. *Nature*, 479, 151. doi:10.1038/479151a
- Cupani, A. (1018) *Sobre a Ciência: Estudos de Filosofia da Ciência*. Editora UFSC
- Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 51-64. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Glenn, S. S. (1986) Metacontingencies in Walden II. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(1), 2-8. <https://doi.org/10.1007/BF03406059>
- Glenn, S. S., Malott, M. E., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Houmanfar, R. A., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z., Vasconcelos, L. A. (2016) Toward Consistent Terminology in a Behaviorist Approach to Cultural Analysis. *Behavioral and Social Issues*, 25, 11-17. doi: 10.5210/bsi.v.25i0.6634
- Gouveia, V. V. (2015). Psicologia social como ciência e prática: O que pensam pesquisadores brasileiros? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 491-500. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015042306491500>
- Holland, J. G. (1977) Servirán los principios conductuales para los revolucionários? In F. S. Keller, E. R. Lñesta (Orgs.), *Modificación de conducta: Aplicaciones a la educación* (pp. 265-281). Editorial Trillas.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Pessotti, I. (2016) Análise do comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 95-103. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.848>
- Pracontal, M. (2004). *A impostura científica em dez lições*. Unesp.
- Sá, C. P. (1978). Aspectos psicológicos do controle social [Dissertação de Mestrado, Centro de Pós-Graduação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas]. FGV Repositório Digital. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9708?show=full>
- Sá, C. P. (1985). O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante [Tese de doutorado, Centro de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, (vols. I, II, III)]. FGV Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10438/9637>
- Sá, C. P. (1986). Contracontrole social: Uma extensão do Behaviorismo Radical à educação política popular. *Fórum Educacional*, 10(2), 43-73. <https://sil0.tips/download/a-educao-politica-popular>
- Skinner, B. F. (1972). *Walden two*. Macmillan Publishing Co., Inc. (Trabalho original publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *Psychological Review*, 57, 193-216. <https://doi.org/10.1037/h0054367>
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. MacMillan.
- Skinner, B. F. (1960). Pigeons in a pelican. *American Psychologist*, 15, 28-37. <https://doi.org/10.1037/h0045345>

- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Alfred Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Prentice Hall, Inc.
- Smaldino, P., & McElreath, R. (2016). The natural selection of bad science. *Royal Society Open Science*, *3*(160384), 1-17. <https://doi.org/10.1098/rsos.160384>
- Witkowski, T., & Zatoński, M. (2015). *Psychology gone wrong: The dark sides of science and therapy*. Brown Walker Press.
- Zilio, D. (2019) On the function of science: An overview of 30 years of publications on metacontingency. *Behavior and Social Issues*, *28*, 46-76. <https://doi.org/10.1007/s42822-019-00006-x>
- Zilio, D., & Carrara, K. (2009). B. F. Skinner: Teórico da ciência e teórico da moral? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *61*(2), 1-12. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000200006&lng=pt&tlng=pt.

Submetido em: 31/01/2021

Aceito em: 05/04/2021